

Fighting the ghosts: O Feminismo e as Lutas das Mulheres

Margarida Esteves Pereira

(ILCH, Universidade do Minho)

1. Introdução: Combatendo os fantasmas

Num ensaio intitulado “Professions for Women” [Profissões para as Mulheres], um ensaio que resulta de uma conferência proferida em 1931 numa Associação de Mulheres com o nome *National Society for Women’s Service*, Virginia Woolf refere que, embora a sua fosse uma profissão mais amena do que a maior parte daquelas em que as mulheres dessa altura se pudessem aventurar – a profissão da escrita não levantava propriamente muitas dificuldades para uma mulher, podendo ser levada a cabo em casa e sem necessidade de grandes gastos – acarretava, não obstante, uma necessária luta com certos fantasmas. No caso da sua escrita jornalística, quando se dispunha a escrever, por exemplo, uma crítica a um romance para ser publicada num qualquer jornal, o fantasma que lhe surgia era o do “Anjo do Lar” (“the Angel in the House” ou, como de outra forma poderíamos dizer em português, o fantasma da “Fada do Lar”), que a instava a ser simpática, a ser lisonjeira e dissimulada (como era apanágio do seu sexo) e, enfim, a ser pura. Tal era a dificuldade, diz-nos Virginia Woolf, causada por este anjo à sua escrita, que teve de o matar. Contudo, tendo matado o Anjo do Lar que a atormentava, Virginia Woolf reconhece que outros fantasmas lhe surgiram, lhe surgiram, quando começou a escrever romances; fantasmas esses, diz-nos a escritora, que não seriam tão facilmente aniquilados e que a incapacitavam para escrever “a verdade sobre as [suas] experiências como um corpo”, isto é, de escrever a verdade sobre as paixões e as emoções que a afetavam enquanto mulher. Diz-nos Virginia Woolf, e valerá a pena citar um pouco do seu ensaio:

Estas foram, assim, duas das minhas experiências muito genuínas. Foram duas das aventuras da minha vida profissional. A primeira – matar o Anjo do Lar – acho que resolvi. Morreu. Mas a segunda, contar a verdade sobre as minhas experiências como um corpo, penso que não resolvi. Duvido que alguma mulher o tenha resolvido até agora. Os obstáculos contra ela são imensamente poderosos – e no entanto, muito difíceis de definir. Externamente, o que será mais fácil do que

escrever livros? Externamente, quais os obstáculos para as mulheres que sejam maiores do que os dos homens? Internamente, penso, o caso é bem diferente; ela tem ainda muitos fantasmas a combater, muitos preconceitos a superar. Na verdade, penso que ainda falta muito para que uma mulher se possa sentar a escrever um livro sem que encontre um fantasma para matar, sem que encontre contra o que atirar pedras. E se isto é assim na literatura, a mais livre de todas as profissões para as mulheres, como será nas novas profissões em que vocês estão agora pela primeira vez a entrar? (Woolf, 2014)

Muitos anos nos distanciam do momento em que estas palavras foram proferidas por Virginia Woolf; as mulheres para as quais falava eram, no início dos anos trinta, algumas das primeiras profissionais nas suas áreas: médicas, advogadas, as professoras e as enfermeiras tinham um historial um pouco mais antigo, mas algumas cientistas e técnicas de laboratório, enfim, um grande número de profissões que se abriam às mulheres, por força de um acesso muito recente na altura, aos estádios mais elevados da escolarização. O que tem isto, então, a ver connosco hoje? As razões que me levaram a começar por aqui são duas: a primeira é lembrar que todas estas aquisições das mulheres no espaço público e profissional são, na verdade, relativamente recentes e há toda uma história de luta de que as mulheres foram protagonistas, que nos permitem hoje dizer que vivemos numa sociedade mais igualitária, onde às vezes nos parecem impercetíveis as diferenças de oportunidades e de direitos entre os sexos; a segunda, é chamar a atenção para a questão dos fantasmas, isto é, daquilo que não é perceptível à vista desarmada, que não está frequentemente consignado na lei, que não se encontra frequentemente visível nos direitos adquiridos, mas que existe, embora seja muito difícil de definir, como diria a Virginia Woolf. Contudo, quando somos confrontadas com algumas estatísticas, verificamos que as desigualdades são, ainda, uma realidade em muitos sectores. Portanto, se nada disto se pode justificar pelas possibilidades de acesso e oportunidades que as nossas sociedades (ocidentais) parecem dar como adquirido, então, pode ser que só seja compreensível na esfera do metafísico e que, portanto, ainda haja muitos fantasmas a combater. O que farei nesta pequena intervenção será falar um pouco destas razões, começando por um brevíssimo e necessariamente lacunar historial das primeiras lutas das mulheres pelos seus direitos.

2. Uma breve história das lutas das mulheres

Audre Lorde (1934-1992), poeta, ensaísta e ativista norte-americana (filha de imigrantes caribenhos), que foi muito crítica de um certo feminismo dos anos setenta muito focado nas questões das mulheres brancas e de classe média, refere num ensaio intitulado “Age, Race, Class, and Sex: Women Redefining Difference” que se não tivermos em conta aquilo que foi feito pelas gerações anteriores, corremos o risco da “amnésia histórica, que nos remete”, diz ela, “para o trabalho de inventar a roda, de cada vez que queremos ir ao pão”. E, insiste:

Encontramo-nos a ter de repetir e de reaprender as mesmas lições de sempre uma e outra vez sobre o que as nossas mães fizeram, porque não passamos o que aprendemos ou porque somos incapazes de ouvir. Por exemplo, quantas vezes foi isto dito? Outro exemplo, quem é que poderia acreditar que uma vez mais as nossas filhas deixam que os seus corpos sejam obstruídos e tenham de atravessar o purgatório das cintas e dos saltos altos e das saias travadas? (Lorde, 1984, p. 117)

Esta espécie de amnésia histórica que persistentemente atravessa as questões dos movimentos sociais das mulheres parece estar associada aos preconceitos que desde sempre assolam os movimentos feministas, a começar pela própria palavra “feminismo”, que foi sempre muito mal vista, como veremos mais à frente. Há uma associação forte dos movimentos feministas ao feminismo de segunda vaga, surgido depois da II Guerra Mundial e mais especificamente ligado a vários movimentos de libertação ocorridos nos anos 1960 e 1970. Esse feminismo, que teve repercussões muito grandes por todo o mundo, numa altura em que as mulheres já estavam a entrar em força no mercado de trabalho, é talvez aquele que mais reverberações tem na memória histórica. Contudo, os movimentos feministas são muito mais antigos do que isso.

Numa primeira fase, a que nos Estudos sobre as Mulheres se chama, feminismos de 1ª vaga, as mulheres lutaram pelo acesso à educação e ao voto através dos movimentos políticos e sociais que pretendem impor aquilo que veio a ser conhecido como a emancipação feminina. Esses movimentos surgem com mais predominância a partir do século XIX, com a questão da educação feminina a levantar acesas polémicas um pouco por todo o mundo ocidental.

Contudo, é em consonância com as grandes mudanças geradas no período revolucionário, quer da Revolução Francesa (1789), quer da Revolução da Independência Americana (1776), que algumas mulheres se apercebem do muito evidente facto de que os desígnios de igualdade, fraternidade e solidariedade proclamados veementemente nesses tempos revolucionários, deixam completamente de fora uma boa parte da humanidade, nomeadamente, elas próprias. Portanto, é no momento em que a revolução francesa promove uma expansão dos direitos dos homens, no sentido de uma maior igualdade, que se percebe que essa igualdade é, na verdade, muito restritiva e surgem, então, os primeiros movimentos/ textos a advogarem direitos para as mulheres. Alguns desses textos são os de: Condorcet, “Sur l’admission des femmes au droit de cité” (1790), o de Olympe de Gouges, *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (1791), o de Mary Wollstonecraft, escritora radical inglesa, que escreve *A Vindication of the Rights of Women* (1792). O texto de Condorcet chama desde logo a atenção para a exclusão das mulheres nos seguintes termos:

Por exemplo, não violaram todos eles o princípio da igualdade de direitos, tranquilamente privando metade da humanidade de contribuir para a formação das leis, ao excluir as mulheres do direito de cidadania? Haverá uma prova mais forte do poder do hábito, mesmo entre os homens esclarecidos, do que o de ver invocar o princípio da igualdade de direitos em favor de três ou quatro centenas de homens, que um preconceito absurdo tenha privado, esquecido o que diz respeito a doze milhões de mulheres?

Para que esta exclusão não tenha sido um ato de tirania, fará falta ou provar que os direitos naturais das mulheres não são absolutamente os mesmos que os dos homens, ou mostrar que elas não são capazes de exercê-los.

Alguns destes textos aparecem modelados em textos tão fundamentais para a história das conquistas da igualdade, como o são a primeira “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, nascido na Revolução Francesa em 1789 ou o texto da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, de 1776. Dois anos depois da Revolução Francesa e da redação da “*Déclaration des droits de l’homme et du citoyen*”, Olympe de Gouges escreve um texto em contraponto a esta declaração com o título “*Les droits de la femme et de la citoyenne*” (1791), que começa com o seguinte preâmbulo, onde se introduz a palavra mulher, mulheres ou cidadãs onde, no texto de 1789, constava apenas homem, homens ou cidadãos:

As mães, as filhas, as irmãs, representantes da Nação, exigem ser constituídas em Assembleia Nacional; considerando que a ignorância, o esquecimento ou o menosprezo dos direitos das mulheres são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governantes, resolveram expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher, para que esta declaração, constantemente presente aos membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres, a fim que os atos do poder das mulheres, e os do poder dos homens, podendo ser a cada instante comparados com o fim de toda a instituição política, possam ser mais respeitados, para que as reclamações das cidadãs, fundadas doravante sobre princípios simples e incontestáveis, cuidem sempre da manutenção da constituição, dos bons costumes e da felicidade de todos.

Também nos Estados Unidos um grupo de mulheres reunidas na Convenção de Seneca Falls, em 1848, aprova uma Declaração de Sentimentos (*Declaration of Sentiments*), feita com referência à Declaração da Independência, mas, tal como no texto de Olympe de Gouges, introduz a palavra mulheres, onde anteriormente só constava homem ou homens:

We hold these truths to be self-evident: **that all men and women** are created equal; that they are endowed by their Creator with certain inalienable rights; that among these are life, liberty, and the pursuit of happiness; that to secure these rights governments are instituted, deriving their just powers from the consent of the governed. Whenever any form of government becomes destructive of these ends, it is the right of those who suffer from it to refuse allegiance to it, and to insist upon the institution of a new government, laying its foundation on such principles, and organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their safety and happiness. (Declaration of Sentiments)

Nestes, e noutros livros, publicados ao longo do século XIX – como o de John Stuart Mill, *The Subjection of Women* (1869) – chama-se a atenção para a precariedade da situação da mulher a vários níveis na base e como consequência da qual se apresenta a incontornável ignorância em que a mulher é mantida. Assim, a educação surge como

um dos pontos fundamentais que permitiriam à mulher aceder ao espaço público e, desse modo, reabilitar-se da inferiorização social em que se encontrava.

A sociedade urbana e industrializada emergente no século XIX assentava muito claramente na separação das esferas privada e pública e, por consequência, há nessa altura todo um discurso que advoga a manutenção da inocência das mulheres, precisamente, contra todos estes discursos mais radicais que advogam a igualdade. A manutenção da inocência feminina era vista como a condição essencial de preservação da moral social. A mulher, como mãe e, portanto, educadora, é encarada como o pilar moral da sociedade e não era, portanto, concebível que pudesse estar sujeita à corrupção moral que uma grande instrução a poderia levar, assim era entendido em muitos textos da época. Mary Wollstonecraft, já no final do século XVIII, vai precisamente colocar-se contra a ideia da inocência feminina, contestando desde logo a dicotomia na qual assenta a ideologia das esferas separadas e muitos dos estereótipos da diferenciação dos géneros, que se mantêm enraizados na nossa cultura, isto é, a dicotomia que associa a razão ao masculino e o sentimento ao feminino. Diz-nos Wollstonecraft no seu *A Vindication of the Rights of Women* (1792):

Para que fomos nós criadas? Para nos mantermos, poderá dizer-se, inocentes: querem eles, de facto, dizer num estado de infantilidade. Poderíamos, até, nunca ter nascido, se não fosse dar-se o caso da nossa existência ser necessária para promover, no homem, a aquisição do nobre privilégio do pensamento, o poder de discernir o bem do mal, enquanto permanecemos no pó de onde fomos retiradas, para não mais nos erguermos.

(...)

A ignorância é uma frágil base para a virtude! E, no entanto, que essa é a condição para a qual a mulher foi criada, é o que os escritores que mais veementemente têm argumentado em favor da superioridade dos homens têm insistido; uma superioridade não em grau, mas em ofensa; embora, para amaciar o argumento, se tenham esforçado por provar, com cavalheiresca generosidade, que os sexos não devem ser comparados; o homem foi feito para pensar, a mulher para sentir.

Mas será ao longo do século XIX e, posteriormente, no início do século XX que a ideia da emancipação da mulher, seja através da conquista de mais instrução, que

permitirá contestar a ideia pré-estabelecida que esse era um propósito irrelevante para as mulheres (uma vez que a sua função social em nada iria ser alterada por mais conhecimento), seja através da luta pela obtenção de direitos de cidadania, como o voto, ganha novos contornos. Em vários países do mundo surgem inúmeras associações de mulheres que lutam por essas conquistas na Europa, nos Estados Unidos, na Oceânia, na América do Sul, enfim, um pouco por todo o mundo.

Embora nos Estados Unidos, as mulheres tenham começado muito cedo a fazer campanha pelo direito de voto – por exemplo, a “Woman’s Suffrage Association” é criada em 1869 – é talvez mais conhecido o caso das sufragistas inglesas, disforicamente apelidadas de *suffragettes* (em vez de *suffragists*) quando apareceram, mas que adotaram com orgulho esse nome tão indicativo da sua luta. Elas levaram a luta pelo direito ao voto a um nível sem precedentes na esfera europeia, indo para a prisão assiduamente, fazendo repetidamente greve de fome quando na prisão e sujeitando-se à alimentação compulsiva. Ficaram conhecidos os tumultos que causaram na sua ânsia de obter um direito político básico e de que trago aqui algumas fotos. Em *My Own Story* (1914), Emmeline Pankhurst fala destes anos e destas lutas na primeira pessoa. Numa das prisões a que foi sujeita, comparecendo perante o tribunal pelo delito de perturbação da ordem pública, Mrs Pankhurst defende-se com as seguintes palavras: “Estamos aqui, não por sermos transgressoras da lei; estamos aqui por causa dos nossos esforços para nos tornarmos criadoras de leis.” [We are here, not because we are law-breakers; we are here in our efforts to become law-makers.]

A primeira Grande Guerra veio pôr fim às lutas e pretensões das sufragistas, sendo que só em 1928 é permitido às mulheres inglesas votar, embora em 1918 o direito de voto tivesse sido concedido a todas as mulheres com mais de 30 anos que fossem proprietárias. Também em Portugal, por esta altura, há um movimento de mulheres, que se coligam pela primeira vez em associações para lutar pelos direitos que veem ser-lhes negados. No nosso país, surge em 1909 a primeira associação feminista, liderada por Ana de Castro Osório, trata-se da **Liga Republicana das Mulheres Portuguesas** (1908-1911), à qual se seguiu uma outra com o nome de **Associação de Propaganda Feminista**. Algumas das principais dirigentes feministas desta época são Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Maria Veleza, Carolina Beatriz Ângelo, Angélica Porto, entre muitas outras. Todas elas fizeram parte deste movimento nacional e foram fundamentais para a criação de uma consciência feminista em círculos diferentes (embora o

movimento é principalmente direcionado para as classes médias urbanas cultivadas). Os objetivos deste movimento, como indicado nos seus estatutos eram os de “orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa [...] tornando-a um indivíduo autónomo e consciente; fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático; promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulheres e a crianças”, etc. (*apud* Silva, 1983: 877).

Na viragem do século XIX para o século XX, há também vozes fora dos movimentos que escrevem em defesa da educação e da autonomia femininas, pessoas cujos escritos pioneiros contribuíram para uma reflexão que levou a mudanças na condição social das mulheres portuguesas. Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) e Alice Pestana (1860-1929) escreveram ambas em favor da educação das mulheres. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, eminente filóloga alemã, que foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Professora numa Universidade Portuguesa, também escreveu em favor da instrução feminina, nomeadamente, num jornal diário do tempo, *O Primeiro de Janeiro*, onde escreveu um artigo em seis partes intitulado "o movimento feminista em Portugal" (1902), defendendo que o problema mais urgente da mulher Portuguesa era a sua falta de instrução.

Em 1914 nasce a mais importante associação feminista portuguesa da primeira metade do século XX, o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, que é encerrado por ordem de Salazar em 1947. Em Portugal as mulheres alcançam o direito ao voto em 1931 (mas só para as mulheres com o ensino secundário feito, o que era uma minoria ínfima) e, portanto, só já depois do 25 de Abril é que o sufrágio se torna universal em Portugal, incluindo todas as mulheres. Se grande parte dos países europeus e americanos introduzem o sufrágio feminino na primeira metade do século XX, é preciso dizer que em alguns deles isso só aconteceu depois da II Guerra Mundial. É o caso da França e da Itália, por exemplo, onde as mulheres só podem votar a partir de 1944 e 1945. Mais estranho será, porventura, o caso da Suíça, onde o direito de voto é concedido às mulheres em 1971. Pode-se consultar as datas em que os vários países do mundo concedem o direito de voto às mulheres no *site* da publicação online *Women Suffrage and Beyond: Confronting the Democratic Deficit* (cf. http://womensuffrage.org/?page_id=69), bem como do particular desenvolvimento desta história na Europa.

3. The Problem that Has no Name: Os anos 1950 e seguintes

Como se vê, os vários movimentos de libertação da mulher que, durante todo o século XX, contribuíram para colocar as mulheres no centro de uma igualdade social, política e económica, não surgiram do nada e têm uma origem bem mais remota do que muitos estarão dispostos a reconhecer. Durante todo o século XX assistiu-se, é certo, a uma luta permanente das mulheres por mais direitos, por mais igualdade, por mais liberdade em movimentos que marcaram claramente aquilo que se entende por feminismo a partir de uma determinada época. Aquilo que nos Estudos sobre as Mulheres é chamado de Feminismo de 2ª vaga, os movimentos de libertação das mulheres historicamente situados nos anos 1960 e 1970 trouxeram muitas vezes para a rua as mulheres, que continuamente se sentiam discriminadas, excluídas, prejudicadas. Enfim, nesta fase há, naturalmente, um outro ambiente histórico e as mulheres têm também outras conquistas. Nos Estados Unidos da América há um livro emblemático de 1963, que parece despertar consciências, trata-se do livro de Betty Friedan, intitulado *A Mística Feminina (The Feminine Mystique)*, que denuncia de um modo avassalador o estado letárgico em que a maioria das mulheres americanas se encontra, remetidas que foram para o recesso dos seus lares, onde desempenham, na sua esmagadora maioria funções de dona de casa. Betty Friedan refere dados que demonstram um retrocesso da situação social das mulheres nos Estados Unidos e um enorme recrudescimento da imagem da mulher doméstica que é equacionada como a verdadeira feminilidade. A ideia da verdadeira mulher, a mulher “feminina” idealizada como a “fada do lar”, a dona de casa perfeita pulula nas revistas dos anos 1950, 1960, 1970, em total contraponto com os direitos sociais que as mulheres alcançavam. Algumas citações retiradas do primeiro capítulo do livro de Betty Friedan:

By the end of the nineteen-fifties, the average marriage rate of women had dropped to 20, and was still dropping ointo the teens. (...) The proportion of women attending college in comparison with men dropped from 47 per cent in 1920 to 37 percent in 1958. (...) By the mid-fifties, 60 percent dropped out of college to marry (...)

In the fifteen years after the Second World War, this mystique of feminine fulfilment became the cherished and self-perpetuating core of American culture.

Millions of women lived their lives in the images of those pretty pictures of the American housewife, kissing their husbands good-bye in front of the picture window, depositing their stationwagonsful of children at scooll, and smiling as they ran the new electric waxer over the spotless kitchen floor.

No livro Friedan denuncia o modo como a ideologia da dona de casa feliz que domina o país de lés-a-lés, contribui para o sofrimento silencioso de milhares de mulheres, sofrimento esse que não sabem sequer identificar. Chama-lhe “the problem that has no name”.

Se eu estiver certa, o problema sem nome que se agita nas mentes de tantas mulheres americanas hoje não é uma questão de perda de feminilidade ou de demasiada educação ou das exigências da vida doméstica. É bem mais importante do que é normalmente reconhecido. É a chave para esses outros novos e velhos problemas que têm torturado as mulheres e os seus maridos e filhos e que têm confundido os médicos e os pedagogos há anos. Pode bem ser a chave para o nosso futuro como uma nação e como uma cultura. Já não podemos mais ignorar essa voz dentro das mulheres que diz: “Eu quero algo mais do que o meu marido e os meus filhos e a minha casa”. (Friedan, 1992, p. 29).

Nesta altura, muitos romances escritos por mulheres refletem bem esta situação. Num dos romances da escritora inglesa A. S. Byatt, uma escritora inglesa contemporânea, seguimos a vida de uma jovem, Frederica Potter, desde a sua adolescência até à idade adulta – na verdade, trata-se de uma série de 4 romances em que esta é a personagem central. A tetralogia situa-se na Inglaterra das décadas de cinquenta e sessenta. No segundo romance da tetralogia encontramos Frederica na Universidade de Cambridge e apercebem-nos das suas indagações enquanto mulher num mundo que é muito notoriamente de homens, fortemente influenciado pelos estereótipos de género tradicionais. A certa altura, a personagem reflete sobre estes estereótipos, que estão consignados na cultura e na literatura e que acabam por influenciar as suas ações.

Ainda hoje, porém, vemos séries de televisão onde as mulheres de uma maneira geral reforçam estes estereótipos, embora tenhamos no dia-a-dia exemplos de muitas outras que os contradizem.

4. Das leis e dos fantasmas: um processo contínuo

Chegados que somos ao século XXI, e a partir da localização deste país ocidental e europeu em que vivemos, poderá parecer-nos que todas os direitos estão adquiridos e todas as igualdades conquistadas, mas eis que, novamente somos confrontados com as desigualdades de género com uma inusitada urgência. Parece-nos agora que, como referi no início, se mesmo nos países em que as leis, de uma maneira geral, preveem a igualdade de género (entre outras), que as desigualdades ainda visíveis em estatísticas se devem localizar num outro lugar e é esse lugar que é necessário mudar.

Quando há uns meses a jovem atriz Emma Watson fez um discurso nas Nações Unidas a propósito do lançamento de uma campanha intitulada “HeForShe”, discurso esse que logo se tornou viral nas redes sociais, dei por mim a pensar na estranheza que as palavras “feminismo” e “feminista” continuam a suscitar numa larga maioria de pessoas. Dada a longa história do feminismo e a capacidade que as mulheres ao longo dos tempos demonstraram para fazer acontecer a mudança nessa área social, não deixa de ser estranho que tantas e tantas pessoas continuem a desprezar o feminismo enquanto movimento transformador e tudo o que este significa e, mais, tudo o que este fez pelas suas vidas. Isso é apontado por Emma Watson nesse discurso (e não resisto a passar um bocado). Diz-nos ela, então, a propósito do seu feminismo:

Quando, aos catorze anos, comecei a ser sexualizada por certos membros da imprensa.

Quando as minhas amigas começaram a abandonar as suas muito amadas equipas desportivas, porque não queriam parecer musculadas.

Quando aos dezoito, os meus amigos não eram capazes de expressar os seus sentimentos.

Decidi que era uma feminista e isto não me pareceu complicado. Mas uma pesquisa recente mostrou-me que o feminismo se tornou uma palavra impopular. Aparentemente, estou na fileira das mulheres cujas expressões são vistas como sendo demasiado fortes, demasiado agressivas, isolacionistas e anti-homens e, mesmo, pouco atraentes. (Watson, 2014)

Quando ouvi isto, logo me lembrei das palavras com que Ana de Castro Osório abre o livro *Às mulheres portuguesas* (1905). E já nessa altura, o feminismo era visto como algo estranho e a própria palavra era ridicularizada e desprezada:

Feminismo: ... ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que elas não são responsáveis, louvado Deus!...

E, no entanto, nada mais justo, nada mais razoável, do que este caminhar seguro, embora lento, do espírito feminino para a sua autonomia. (Osório 1905, 11)

No caso do discurso da Emma Watson nas Nações Unidas aquilo que me pareceu revelador foi ver que ainda hoje uma jovem mulher subir a um palanque e declarar que acredita na igualdade política, económica e social entre os sexos é um ato que parece requerer alguma coragem.



Figura 1: Emma Watson a falar nas Nações Unidas (foto: Newscom)

Que dificuldade é esta, que faz tanta gente titubear e falar mais baixo, quando proclama aquilo que deveria ser um dado adquirido pelas ditas sociedades desenvolvidas? Não há nada de novo na recusa do feminismo; ela está inscrita desde sempre no ADN dos vários movimentos de emancipação das mulheres. De Mary Wollstonecraft às sufragistas britânicas, as mulheres que ousavam falar em prol dos seus direitos sabiam que todo o radicalismo cairia nas mãos do caricaturista, que iria

divulgar uma imagem da feminista, grosseiramente distorcida, mas muito facilmente aceite, como uma criatura insuportavelmente irritante e ridícula.

De Wollstonecraft, que foi apelidada, entre outras coisas, de “a hiena de saias” até às “sabichonas” de Molière, das *bluestockings* às sufragistas, as mulheres que ousaram falar pelos seus direitos foram sempre alvo de ridicularização no passado. Numa curiosa reflexão sobre o tom de Virginia Woolf em *A Room of One's Own* (1929), Adrienne Rich abre o seu famoso ensaio “When We Dead Awaken: Writing as Re-vision” (1972), contando-nos a sua experiência de reler o ensaio de Woolf e a sua surpresa com o tom de raiva reprimida que aí encontrou. Refere Rich:

É o tom de uma mulher quase em contato com a sua raiva, que está determinada a não parecer zangada, que se dispõe a parecer calma, indiferente, e até mesmo charmosa numa sala cheia de homens, onde foram ditas coisas que são ataques à sua própria integridade. Virginia Woolf dirige-se a um público de mulheres, mas ela está perfeitamente consciente – como sempre esteve – de ser ouvida pelos homens (Rich, 1972, p. 20).

Rich chama a atenção para o “anjo do lar” em Woolf, cuja morte teve de ser concretizada de modo a que, como se afirma em “Profissões para as Mulheres” (Woolf 1931), ela possa continuar a escrever. Pois, quando ouço pessoas como Emma Watson a falar sobre o feminismo, fico sempre com a mesma sensação de que é necessário uma contínua batalha com os fantasmas dos vários estereótipos que nos definem como mulheres (ou como homens) para que possamos atingir algo que à partida poderia ser tão facilmente aceite por todos.

Ainda e sempre os fantasmas de que nos falava Woolf e que, de facto, impedem ainda muitas mulheres, muitas pessoas, de perceber a necessidade não só de conquistar uma igualdade plena, mas de perceber que essa igualdade terá necessariamente de passar pela aceitação das diferenças que nos constituem. Obviamente, não me refiro a uma qualquer essencialização da diferença entre o masculino e o feminino, ou entre os homens e as mulheres globalmente considerados, mas às diferenças que nos constituem a cada um de nós enquanto sujeitos, enquanto pessoas. E, termino com mais uma citação de um ensaio já aqui referido de Audre Lorde, que nos relembra a dificuldade da nossa sociedade lidar com a diferença e os modos como trabalha para a rejeitar, excluir, eliminar.

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta numa economia de lucro que precisa de forasteiros como pessoas excedentes. Como membros dessa economia, todos nós fomos programados para responder às diferenças humanas entre nós com medo e ódio e para lidar com essa diferença de uma de três maneiras: ignorá-la, e se isso não for possível, copiá-la, se pensarmos que é dominante, ou destruí-la se pensarmos que é subordinada. Mas não temos padrões para nos relacionarmos através das nossas diferenças humanas como iguais. Como resultado, essas diferenças têm sido erradamente designadas e pervertidas em nome da separação e da confusão. (Lorde, 1984, p. 115)

Referências bibliográficas:

- Condorcet, Marquis de (Nicolas de Caritat) (1847). “Sur l’admission des femmes au droit de cité” (1790). Firmin Didot: Paris. Versão eletrônica por Jean-Marque Simonet, “Les classiques des sciences sociales”. Disponível: http://classiques.uqac.ca/classiques/condorcet/admission_femmes_droit_de_cite/admission_femmes_droit_de_cite.html; acesso: 14/04/2015.
- Friedan, Susan (1992). *The Feminine Mystique*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Lorde, Audre (1984). “Age, Race, Class, and Sex: Women Redefining Difference”. In *Sister Outsider: Essays and Speeches*, Freedom, CA: Crossing Press, pp. 114-123.
- Osório, Ana de Castro (1905). *Às Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.
- Pankhurst, Emmeline (1914). *My Own Story*. London: Eveleigh Nash. The Project Gutenberg Ebook of My Own Story, by Emmeline Pankhurst. Release date: January 6, 2011 [EBook #34856]. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/34856/34856-h/34856-h.htm> (acesso: 07/04/2015)

- Rich, Adrienne. "When We Dead Awaken: Writing as Re-Vision". *College English*, Vol. 34, No. 1, *Women, Writing and Teaching* (Oct., 1972), pp. 18-30.
<http://www.jstor.org/stable/375215>. DOI: 10.2307/375215.
- Watson, Emma (2014). Gender equality is your issue too. Speech by UN Women Goodwill Ambassador Emma Watson at a special event for the HeForShe campaign, United Nations Headquarters, New York, 20 September 2014.
Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2014/9/emma-watson-gender-equality-is-your-issue-too> (acesso: 07/04/2015).
- Wollstonecraft, Mary (1999). *A Vindication of the Rights of Women, with Strictures on Political and Moral Subjects, Printed at Boston*, by Peter Edes for Thomas and Andrews, Faust's statue, no. 45, Newbury-street, MDCCXCII. [1792]. Versão eletrônica em Bartleby.com. Disponível em: <http://www.bartleby.com/144/> (acesso: 08/07/2014).
- Woolf, Virginia (2014). "Professions for Women". *The Death of the Moth and Other Essays*. The University of Adelaide. Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/w/woolf/virginia/w91d/index.html> (acesso: 07/04/2015).